

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ODONTOLOGIA

MARIA EDUARDA SANTOS PATUSSI

**OS CURSOS DE ODONTOLOGIA BRASILEIROS NO INÍCIO
DA PANDEMIA COVID-19**

Porto Alegre

2021

MARIA EDUARDA SANTOS PATUSSI

**OS CURSOS DE ODONTOLOGIA BRASILEIROS NO INÍCIO
DA PANDEMIA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Odontologia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de Cirurgiã-Dentista.

Orientadora: Profa. Dra. Vania Fontanella

Porto Alegre

2021

MARIA EDUARDA SANTOS PATUSSI

**OS CURSOS DE ODONTOLOGIA BRASILEIROS NO INÍCIO
DA PANDEMIA COVID-19**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Odontologia da
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, como requisito parcial para obtenção
do título de Cirurgiã-Dentista.

Porto Alegre, 19 de maio de 2021

Vania Regina Camargo Fontanella

Doutora, Professora Titular, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Fabiana Schneider Pires

Doutora, Professora Adjunta, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Francisco Montagner

Doutor, Professor Associado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTO

Primeiramente gostaria de agradecer à Professora Vania Fontanella que idealizou e orientou este trabalho, assim como sempre me orientou durante boa parte do curso nas monitorias.

Agradeço também à minha família que me apoiou durante toda a jornada do curso, principalmente meus pais pelo incentivo e apoio.

RESUMO

No âmbito do ensino superior, o processo de distanciamento social decorrente da *coronavirus disease* (COVID-19) determinou, em diferentes momentos, a interrupção das atividades presenciais nas instituições brasileiras. O objetivo do presente estudo foi mapear a situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da COVID-19. Trata-se de estudo com delineamento observacional transversal analítico, por meio de questionário validado, enviado aos coordenadores de todos os cursos de Odontologia em funcionamento em março de 2020. A amostra foi calculada em 156 instituições e foram obtidas 169 respostas. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatísticas descritivas e pelos testes de associação Qui-quadrado e não-paramétrico Mann-Whitney, com nível de significância máximo de 5% ($p \leq 0,05$). A situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da pandemia COVID-19 foi de interrupção das atividades presenciais. O segmento privado, que já ministrava aulas remotas, o está fazendo em todos as disciplinas durante o distanciamento social, enquanto o segmento público não adotou essa prática e não utilizava estes recursos antes da pandemia. Da mesma forma, coordenadores de instituições públicas relataram menor grau de preparo para o retorno às atividades presenciais. Os estudantes estão recebendo apoio das instituições e os coordenadores identificaram impactos em diferentes dimensões do ensino odontológico, marcadamente na implantação de novos protocolos de biossegurança, adequação na estrutura física e processo de ensino-aprendizagem. Contudo, também identificam oportunidades de crescimento e de transformação para a Odontologia enquanto ciência e profissão.

Palavras-Chave: Ensino Odontológico. Infecções por Coronavírus. Pandemias. Educação a Distância.

ABSTRACT

In the context of higher education, the process of social distance resulting from coronavirus disease (COVID-19) determined, at different times, the interruption of face-to-face activities in Brazilian institutions. The present study aimed to map Brazilian dental education's situation given the exceptionality of COVID-19. This is a study with an analytical cross-sectional design, using a validated questionnaire, sent to the coordinators of all Dentistry courses in operation in March 2020. The sample was calculated at 156, and 169 responses were obtained. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics and by the Chi-square associations and non-parametric Mann-Whitney tests, with a maximum significance level of 5% (p (0.05)). The situation of Brazilian dental education in the face of the exceptionality of the COVID-19 pandemic was that interrupting face-to-face activities. The private segment, which already taught remote classes, is doing so in all disciplines during social distance, while the public courses did not adopt this practice and did not use these resources before the pandemic. Likewise, coordinators of public institutions reported a lower degree of preparation for returning to face-to-face activities. Students are receiving support from the institutions and the coordinators identified impacts in different dimensions of dental education, notably in the implementation of new biosafety protocols, adequacy in the physical structure and the teaching-learning process. However, they also identify opportunities for growth and transformation for Dentistry as a science and profession.

Keywords: Education, Dental. Coronavirus Infections. Pandemics. Education, Distance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição das variáveis de pesquisa.....	12
Tabela 2 – Recursos mais utilizados para aulas remotas de acordo com a categoria administrativa das instituições.....	13
Tabela 3 – Comparações das respostas por categoria administrativa das instituições.....	13
Tabela 4 – Comparações entre os escores atribuídos por instituições públicas e privadas.....	13
Tabela 5 – Associação entre utilizar tecnologias digitais anteriormente ao período de distanciamento social e estar oferecendo ensino remoto.....	14
Tabela 6 – Comparações entre os escores atribuídos por instituições que já faziam uso de tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social para o grau de dificuldade de estudantes e docentes.....	14

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	METODOLOGIA.....	10
3	RESULTADOS.....	11
4	DISCUSSÃO.....	15
5	CONCLUSÕES.....	18
	REFERÊNCIAS.....	19
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	22
	ANEXO A – PARECER COMPESQ UFRGS.....	23
	ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO CEP.....	24

1 INTRODUÇÃO

O surto de coronavírus (COVID-19), que se espalhou rapidamente ao redor do mundo, apresenta número de casos confirmados e de óbitos aumentando a cada dia. Os boletins da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021) e Ministério da Saúde (BRASIL, 2021) brasileiro contabilizaram alarmantes números de casos confirmados e de óbitos, com curvas que tem se mantido além das estimativas. A pandemia do COVID-19 é, portanto, um desafio global que transcende fronteiras territoriais, políticas, ideológicas, religiosas, culturais e certamente acadêmicas.

Os profissionais da área da saúde estão na linha de frente, trabalhando para conter e mitigar a propagação desta doença e, conforme se tem visto nas estatísticas, apresentando altos índices de contágio, o que depende diretamente da disponibilidade e correto uso de equipamentos de proteção individual. O vírus SARS-CoV-2, em circunstâncias experimentais, pode permanecer viável e infeccioso por horas em aerossóis e por dias em superfícies como o plástico e o aço inoxidável (VAN DOREMALEN *et al.*, 2020).

Nessas circunstâncias, os profissionais da Odontologia estão potencialmente mais expostos ao novo coronavírus, devido à especificidade de seus procedimentos, que envolvem a exposição frequente à saliva e aerossóis (LI; MENG, 2020; PENG *et al.*, 2020; SABINO-SILVA; JARDIM; SIQUEIRA, 2020; SAMARANAYAKE; PEIRIS, 2004; TUÑAS *et al.*, 2020; XU *et al.*, 2020). Tanto que as autoridades sanitárias de diversos países, inclusive no Brasil (ANVISA, 2020), recomendaram a suspensão de atendimentos odontológicos eletivos, mantendo somente a atenção odontológica aos casos caracterizados como emergência (risco à vida) ou urgência (na maioria das vezes caracterizada pela dor), com substancial alteração dos protocolos de biossegurança.

Os profissionais desta área estão bastante capacitados para as questões de saúde ocupacional em Odontologia, especialmente quanto às precauções universais para o controle de infecções cruzadas, com base no entendimento de que muitas vezes não se sabe se um paciente tem ou não potencial para transmissão de doenças como a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e as Hepatites B e C (MOODLEY; NAIDOO; WYK, 2018).

No âmbito do ensino, o processo de distanciamento social determinou, em diferentes momentos, a interrupção das atividades presenciais nas instituições

brasileiras. No que tange ao ensino superior, a Portaria 343 do Ministério da Educação (MEC) de 17 de março de 2020 autorizou, “*em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor...*”, vedando a substituição nas práticas profissionais de estágios e de laboratório (BRASIL, 2020b). Tal determinação foi prorrogada enquanto durar a pandemia, por meio da Portaria 544 do MEC, de 16 de junho de (BRASIL, 2020c).

Essa é uma lacuna educacional nunca vivida no ensino superior, frente a um quadro tão peculiar de interrupção completa de todas as atividades presenciais. Algumas instituições têm adotado estratégias de educação *online*. Professores estão gravando aulas diárias, oferecidas de forma síncrona e assíncrona, e preparam atividades de *feedback* e avaliação, a fim de manter contato com os estudantes. Questões muito importantes têm sido levantadas a partir dos primeiros relatos desta experiência massiva de educação *online* (CÁSSIO; XIMENES, 2020). Supõe-se que as desigualdades regionais e socioeconômicas afetem profundamente esta prática, de forma que é necessário mapeá-la, assim como identificar o mais precocemente possível seus possíveis impactos negativos, no intuito de intervir para minimizá-los.

A retomada das atividades quando o cenário epidemiológico permitir ainda é uma incógnita. Torna-se um desafio ainda maior planejar a retomada das atividades clínicas do ensino odontológico no período transpandemia, com a transmissão da COVID-19 ainda ativa e adequação aos procedimentos de biossegurança para a prevenção de contaminação por essa doença específica. Nesse sentido, a Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), por missão institucional, alinha-se às associações congêneres internacionais no protagonismo da discussão e enfrentamento desses desafios, na manutenção da formação de profissionais com habilidades e competências alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Odontologia (BRASIL, 2002).

Desta forma, o objetivo do presente estudo foi conhecer a situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19. Para tanto, um questionário foi aplicado, objetivando mapear a situação relacionada com tal problemática.

2 METODOLOGIA

Trata-se de estudo com delineamento observacional transversal analítico, por meio de questionário, aprovado pela Comissão de Pesquisa do Curso de Odontologia (ANEXO A) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (ANEXO B) (CAAE 30881520.5.0000.0008, parecer nº. 4.068.757).

Em consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (IES) (e-MEC) (BRASIL, 2020a) constatou-se que em março de 2020 havia um total de 544 cursos de bacharelado em Odontologia autorizados, dos quais 460 estavam em funcionamento em 424 IES. Considerando confiança de 95% e erro máximo de estimação de 5%, o tamanho mínimo amostral foi calculado em 156 IES, proporcionalmente distribuídas entre as cinco regiões geográficas brasileiras.

Os coordenadores de curso foram convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica e, paralelamente, o convite também foi divulgado aos coordenadores por mensagens WhatsApp e Instagram.

Foi utilizado questionário anônimo e autoaplicado, na plataforma *Google Forms*, elaborado por um painel de especialistas (10 docentes de Odontologia, integrantes da Comissão de Ensino e Diretoria da ABENO). O questionário foi validado em piloto com 20 professores, os quais não compuseram a amostra final do estudo.

Foram realizadas 18 perguntas, de escolha simples, múltipla ou de resposta curta, requerendo em média 5 minutos para completá-las. As questões iniciais se referiam a dados da instituição (categoria administrativa, região geográfica e número de cursos), seguidas por informações sobre a interrupção ou não das atividades presenciais, a data e fase do semestre letivo em que ocorreu, se estava havendo atendimentos clínicos de urgência aos pacientes. Na sequência questionou-se sobre aulas remotas, os recursos utilizados, se havia experiência prévia dos docentes e discentes com essas ferramentas, os desafios identificados para sua utilização, se havia algum tipo de apoio aos estudantes e o grau de preparo dos ambientes do curso para a volta às atividades clínicas pós-pandemia. Ao final, uma questão aberta a comentários oportunizou que os coordenadores apontassem suas preocupações (APÊNDICE A).

A coleta de dados ocorreu em maio e junho de 2020. Antes de acessar o questionário, os participantes receberam informações detalhadas sobre estudo, na

forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O preenchimento do questionário foi considerado como concordância em participar do estudo.

Os dados quantitativos foram analisados no *software* SPSS versão 22.0 (IBM, Armonk, NY, EUA) por meio de estatísticas descritivas e pelo teste de associação Qui-quadrado e teste não-paramétrico Mann-Whitney, com nível de significância máximo de 5% ($p \leq 0,05$).

3 RESULTADOS

As características da amostra em relação às variáveis pesquisadas estão descritas na Tabela 1. A distribuição entre IES privadas e públicas, assim como nas regiões geográficas refletem de forma bastante equilibrada a população em estudo.

Apenas 3 (1,8%) das IES pesquisadas não haviam interrompido completamente as atividades presenciais e 66,9% das IES que suspenderam as atividades estavam no início do semestre letivo. A data mais frequentemente informada de suspensão das atividades foi na terceira semana de março (78%).

Os recursos mais utilizados para aulas remotas são apresentados na Tabela 2. Como “outros” foram agrupadas 14 ferramentas utilizadas por menos que 10% das IES pesquisadas.

Quando as respostas foram comparadas por categorias administrativas foram encontradas algumas associações estatisticamente significativas (teste do Qui-quadrado). O segmento privado está associado a ministrar aulas remotas em todas as disciplinas e a já estar utilizando estes recursos antes da pandemia, enquanto o segmento público está associado a não ministrar aulas remotas e a não estar utilizando estes recursos antes da pandemia (Tabela 3).

O teste não-paramétrico de Mann-Whitney identificou diferenças estatisticamente significativas entre os escores (escala tipo Lickert) atribuídos por IES públicas, que registraram maior grau de dificuldade de uso/acesso dos docentes e estudantes às tecnologias para atividades remotas, assim como menor grau de preparo em relação aos protocolos de biossegurança para a volta às atividades clínicas, em comparação às IES privadas (Tabela 4).

Tabela 1 - Descrição das variáveis de pesquisa.

Questão	Resposta	n	%
Categoria administrativa da instituição	Privada	120	71,0
	Pública	49	29,0
Região geográfica brasileira	Sudeste	61	36,1
	Nordeste	48	28,4
	Sul	36	21,3
	Centro-Oeste	15	8,9
	Norte	9	5,3
Município	Capital ou região metropolitana	87	51,5
	Interior	82	48,5
Turnos de funcionamento dos cursos	Integral	126	74,6
	Matutino e Noturno	22	13,0
	Matutino e Vespertino	7	4,1
	Matutino	8	4,7
	Noturno	5	3,0
As aulas presenciais foram suspensas?	Sim	166	98,2
	Não	3	1,8
Fase do semestre letivo quando da suspensão das atividades	Inicial (primeiro mês)	113	66,9
	Intermediária	49	29,0
	Final (último mês)	6	3,6
Está sendo oferecido atendimento clínico para casos de urgência durante o período de distanciamento social?	Não	149	88,2
	Sim	20	11,8
Está utilizando aulas em meios digitais neste período?	Em todas as disciplinas	96	56,8
	Em algumas disciplinas	49	29,0
	Não	24	14,2
Já se fazia uso dessas tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social?	Sim	100	59,2
	Não	69	40,8
Grau de dificuldade na utilização destas tecnologias por parte dos docentes	Inexistente	5	3,0
	Baixo	22	13,0
	Médio	49	29,0
	Alto	38	22,5
Grau de dificuldade na utilização destas tecnologias por parte dos discentes	Muito alto	55	32,5
	Inexistente	2	1,2
	Baixo	21	12,4
	Médio	47	27,8
O curso está oferecendo algum tipo de apoio aos estudantes?	Alto	52	30,8
	Muito alto	47	27,8
	Sim	147	87,0
	Não	22	13,0
Grau de preparo quanto aos protocolos de biossegurança para a volta às atividades clínicas pós-pandemia	Totalmente despreparado	16	9,5
	Despreparado	21	12,4
	Pouco preparado	52	30,8
	Preparado	44	26,0
	Totalmente preparado	36	21,3

Fonte: Autor

Tabela 2 - Recursos mais utilizados para aulas remotas de acordo com a categoria administrativa das instituições.

Recursos	Instituição					
	Pública		Privada		Total	
	n	%	n	%	n	%
Google Meet	21	80,8	51	43,2	72	42,6
AVA IES	11	42,3	53	44,9	64	37,9
Zoom	15	57,7	47	39,8	62	36,7
Youtube	13	50,0	43	36,4	56	33,1
Microsoft Teams	3	11,5	51	43,2	54	32,0
Power Point gravado	10	38,5	44	37,3	54	32,0
Moodle	15	57,7	25	21,2	40	23,7
Hangout	5	19,2	15	12,7	20	11,8
Outros	8	30,7	54	45,4	62	36,7
Total IES	26	-	118	-	144	-

AVA IES: ambiente virtual de aprendizagem da própria instituição de ensino superior.

Fonte: Autor

Tabela 3 - Comparações das respostas por categoria administrativa das instituições.

Questão	Resposta	Instituição				p
		Pública		Privada		
		n	%	n	%	
Está utilizando aulas em meios digitais neste período?	Sim, em todas as disciplinas	11	22,4%	85	70,8%	0,000**
	Sim, em algumas disciplinas	15	30,6%	34	28,3%	
	Não	23	46,9%	1	0,8%	
Já se fazia uso dessas tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social?	Sim	23	46,9%	77	64,2%	0,039*
	Não	26	53,1%	43	35,8%	

*significativo $p \leq 0,05$; **significativo $p \leq 0,01$; teste do Qui-quadrado.

Fonte: Autor

Tabela 4 - Comparações entre os escores atribuídos por instituições públicas e privadas.

Questão	Instituição	n	Escore médio	DP	p
Grau de dificuldade na utilização destas tecnologias por parte dos docentes (1. Inexistente, 5. Muito alto)	Pública	49	4,2	0,9	0,000**
	Privada	120	3,5	1,2	
Grau de dificuldade na utilização destas tecnologias por parte dos estudantes (1. Inexistente, 5. Muito alto)	Pública	49	4,0	0,9	0,011*
	Privada	120	3,6	1,1	
Grau de preparo quanto aos protocolos de biossegurança para a volta às atividades clínicas pós-pandemia (1. Totalmente despreparado, 5. Totalmente Preparado)	Pública	49	2,7	1,3	0,000**
	Privada	120	3,6	1,1	

DP: desvio-padrão; *significativo $p \leq 0,05$; **significativo $p \leq 0,01$; teste não-paramétrico de Mann-Whitney.

Fonte: Autor

Na Tabela 5 se observa associação significativa (teste do Qui-quadrado) entre não fazer uso dessas tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social e não estar oferecendo ensino remoto no período de distanciamento social, assim como entre já utilizar as ferramentas anteriormente e estar oferecendo ensino remoto em todas as disciplinas.

O teste não-paramétrico de Mann-Whitney identificou diferenças estatisticamente significativas entre os escores (escala tipo Lickert) atribuídos por IES que já utilizavam metodologias remotas, que registraram menor grau de dificuldade de uso/acesso dos estudantes em comparação àquelas que não utilizavam estas tecnologias. O mesmo não ocorreu em relação ao grau de dificuldade dos docentes (Tabela 6).

As demais variáveis testadas não apresentaram associação ou diferenças estatísticas em função da categoria administrativa e experiência prévia com ensino remoto.

Tabela 5 - Associação entre utilizar tecnologias digitais anteriormente ao período de distanciamento social e estar oferecendo ensino remoto.

Questão	Resposta	Fazia uso dessas tecnologias anteriormente?				p
		Não		Sim		
		n	%	n	%	
Está utilizando aulas em meios digitais neste período?	Não	19	27,5%	5	5,0%	0,000*
	Sim, em algumas disciplinas	21	30,4%	28	28,0%	
	Sim, em todas as disciplinas	29	42,0%	67	67,0%	

*significativo $p \leq 0,01$; teste do Qui-quadrado.

Fonte: Autor

Tabela 6 - Comparações entre os escores atribuídos por instituições que já faziam uso de tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social para o grau de dificuldade de estudantes e docentes.

Questão	Fazia uso dessas tecnologias anteriormente?	n	Escore Médio	DP	p
	Não	69	3,8	1,1	
Grau de dificuldade na utilização destas tecnologias por parte dos estudantes (1. Inexistente, 5. Muito alto)	Sim	100	3,6	1,1	0,050*
	Não	69	3,9	1,0	

DP: desvio-padrão; *significativo $p \leq 0,05$; teste não-paramétrico de Mann-Whitney

Fonte: Autor

Dos cursos de Odontologia que participaram desta pesquisa, 87% dos coordenadores relataram que os estudantes estão recebendo apoio da IES no período de suspensão de atividades presenciais no Brasil. Este apoio incluiu diferentes possibilidades. As respostas mais frequentes relacionaram-se ao apoio pedagógico aos estudantes (n=83), seguida pelo apoio técnico para o uso de tecnologia (n=59), apoio psicológico (n=49) e apoio financeiro (n=21). Cabe ressaltar que as respostas contemplaram, em sua maioria, mais de uma forma de apoio institucional, incluindo diferentes profissionais neste processo, como coordenadores de curso, docentes, psicólogos, assistentes sociais e técnicos de informática. As IES estão mobilizando diferentes espaços/representações institucionais neste apoio aos estudantes. Destacam-se nas respostas dos coordenadores os Núcleos de Apoio/Suporte Pedagógico e Psicopedagógico, Central de Atendimento aos Estudantes, Setor de Informática, Programa de Acolhimento e Incentivo à Permanência, Centro Acadêmico, Comitê de Crise, Núcleo Docente Estruturante, Comissões de Graduação, Secretaria Acadêmica e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/Assistência Estudantil.

Os coordenadores identificaram impactos em diferentes dimensões do ensino odontológico relacionadas ao desenvolvimento de atividades práticas no que se refere à implantação de novos protocolos de biossegurança/uso e aquisição de EPIs (n=28) e adequação na estrutura física nas IES (n=18); ao processo ensino-aprendizagem/Ensino Remoto Emergencial/TICs/capacitação de estudantes e professores (n=53) e à realização dos estágios no SUS (n=10). Também foram relatados impactos de ordem emocional (n=21) e sobre a sustentabilidade financeira dos cursos (n=13).

Os coordenadores manifestaram preocupação com este momento do ensino odontológico no Brasil, referindo a necessidade de um agir competente e responsável (n=19) e identificando oportunidades de crescimento e de transformação para a Odontologia enquanto ciência e profissão (n=14).

4 DISCUSSÃO

A interrupção das atividades presenciais nos cursos de Odontologia brasileiros após o início da pandemia da COVID-19 foi quase unanimidade no território nacional. Considerando que o Brasil é um país com dimensões continentais

e que os estágios da pandemia se manifestaram em tempos e intensidades diferentes nas regiões brasileiras, a decisão de interromper as atividades presenciais demonstra um estrito senso de responsabilidade social da área.

Contudo, apenas 11% das IES seguiram mantendo atendimentos de urgência o que pode ter acarretado uma lacuna de oferta de atenção odontológica aos pacientes com dor. Entretanto, nos consultórios privados, pesquisa do Conselho Federal de Odontologia com 40 mil dentistas indica que 82% mantiveram o atendimento a pacientes durante os períodos de afastamento social (CFO, 2020).

Nesse sentido, na presente pesquisa chama a atenção que quase metade (47,3%) dos respondentes disseram estar preparados ou totalmente preparados quanto aos protocolos de biossegurança para a volta às atividades clínicas pós-pandemia. Embora esse dado possa ser surpreendente, considerando o ineditismo de pandemia de tal magnitude no país, a apropriação de normas de biossegurança na área não parece ser inicialmente um terreno desconhecido. Desde a epidemia de AIDS ocorrida nos anos 1980, a prática odontológica passou por modificações importantes com a inclusão rotineira de EPIs como barreiras (CDC, 2016; ANVISA, 2014).

Contudo, essa percepção foi significativamente diferente entre respondentes de IES públicas e privadas, sendo que os coordenadores de IES públicas foram os que menos se sentiram preparados. Esse dado possivelmente está relacionado às dificuldades financeiras do setor público para aperfeiçoamentos de infraestrutura necessários. As novas medidas de proteção requeridas na Odontologia (PIRES; FONTANELLA, 2020; ADA, 2020), sem dúvida envolvem vultosos recursos financeiros.

Cerca de 86% dos respondentes declararam utilizar meios digitais para o desenvolvimento de conteúdos disciplinares, ainda que 40% não fizesse uso dessas tecnologias anteriormente. Destaca-se o grau de dificuldade relatado pelos docentes pois apenas 3% disseram não sentir dificuldades para tal. Esse dado mostra que a literacia digital de docentes de Odontologia é uma fragilidade a ser enfrentada, considerando a necessidade de uso de meios digitais imposta pela COVID-19 ao ensino odontológico brasileiro.

A opção por meios que permitam a interação síncrona foi o recurso mais utilizado pelas IES públicas para o ensino remoto enquanto as privadas se utilizaram

de outros recursos. A preferência por plataformas gratuitas que permitissem a disseminação de conteúdo de forma próxima ao realizado no ensino presencial, com o professor ministrando aulas transmitidas integralmente pela *web* nas IES públicas denota a falta de preparo prévio para o desenvolvimento do ensino remoto. Considerando os inúmeros fatores que interferem na dinâmica de ensino-aprendizagem no ensino remoto, a preparação para o desenvolvimento dessas atividades e a utilização de meios assíncronos são importantes elementos a serem considerados, visando à qualidade e à acessibilidade do processo (HODGES *et al.*, 2020).

A maior frequência da utilização de plataformas digitais por IES privadas possivelmente reflete a capacidade instalada e experiência acumulada do setor no ensino a distância. Muitas IES podem ter se beneficiado da estrutura de recursos já existentes em outros cursos para migrar mais rapidamente para o ensino remoto. No Brasil, dados do ensino na modalidade a distância são crescentes e, entre 2008 e 2018, as matrículas de cursos de graduação a distância considerando todas as áreas de conhecimento aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9% nesse mesmo período (BRASIL, 2018).

Outro aspecto relevante para interpretar a diferença observada nas respostas de IES públicas e privadas é que a utilização de meios digitais e recursos de ensino a distância encontra fortes resistências no setor público. Notadamente percebida como precarização do ensino e modalidade carente de revisão aprofundada dos “Referenciais de Qualidade para o Ensino Superior a Distância” (ALONSO, 2014).

Além disto, em um país com marcadas diferenças sociais de acesso aos recursos necessários, tais como computadores, *notebooks*, *smartphones* e acesso à internet (BRASIL, 2019), esse aspecto é ponderado por gestores de IES públicas como limitador ao ensino remoto e impeditivo de implantação de uma educação em igualdade de condições para os estudantes.

Contudo, a pandemia da COVID-19, assim como o observado na China (LIU *et al.*, 2020), fez crescer substancialmente o uso de meios digitais para fazer face à necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia. Considerando que o retorno às aulas presenciais pode representar um risco importante para os envolvidos, melhorar as condições para o desenvolvimento do ensino remoto,

incluindo a preparação massiva de professores, a realização de atividades assíncronas que sejam mais compatíveis com a realidade dos estudantes e a distribuição de equipamentos e de meios de conexão, parecem ser estratégias relevantes para manutenção da qualidade do ensino odontológico brasileiro.

5 CONCLUSÕES

A situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19 foi de interrupção das atividades presenciais. O segmento privado, que já ministrava aulas remotas, o está fazendo em todas as disciplinas durante o distanciamento social, enquanto o segmento público não adotou essa prática e não utilizava estes recursos antes da pandemia. Da mesma forma, coordenadores de IES públicas relataram menor grau de preparo para o retorno às atividades presenciais. Os estudantes estão recebendo apoio das IES e os coordenadores identificaram impactos em diferentes dimensões do ensino odontológico, marcadamente na implantação de novos protocolos de biossegurança, adequação na estrutura física e processo de ensino-aprendizagem. Contudo, também identificam oportunidades de crescimento e de transformação para a Odontologia enquanto ciência e profissão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (2020). Nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020. **Orientações para Serviços de Saúde:** medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: http://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/nota-tecnica-gvims_ggtes_anvisa-04_2020-25-02-para-o-site.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (2014). **Serviços Odontológicos. Prevenção e Controle de Riscos** (Versão 1.1). Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/ServicosOdontologicos.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ALONSO, K.M. A EaD no Brasil: sobre (des)caminhos em sua instauração. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, Edição Especial nº 4/2014, p. 37-52.

AMERICAN DENTAL ASSOCIATION (2020). **Releases interim guidance on minimizing COVID-19 transmission risk when treating dental emergencies**. 2020. Disponível em: http://success.ada.org/~media/CPS/Files/COVID/COVID-19_Int_Guidance_Summary.pdf?utm_source=adaorg&utm_medium=covid-resources-lp&utm_content=cv-pm-summary-guidance&utm_campaign=covid-19&_ga=2.153317240.1307346859.1585573040-13458067.1578068990?utm_source=adaorg&utm_medium=adanews&utm_content=cv-pm-summary-guidance&utm_campaign=covid-19. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2020a). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Sistema e-MEC**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL (2018). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2018**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2002). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2021). MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel de casos de doença pelo coronavírus (COVID-19) no Brasil**. Disponível em: <http://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2020b). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.

Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2020c). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 16 abr. 2021.

BRASIL (2019). **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2019**. Disponível em: http://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2019_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

CÁSSIO, F.; XIMENES, S. (2020). **Coronavírus e a “volta às aulas”**. Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/coronavirus-e-a-volta-as-aulas/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (2016). **Summary of Infection Prevention Practices in Dental Settings: Basic Expectations for Safe Care**. U.S. Department of Health and Human Services. Disponível em: <https://www.cdc.gov/oralhealth/infectioncontrol/pdf/safe-care2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (2020). **Consulta do CFO revela que 82% dos Cirurgiões-Dentistas entrevistados continuam trabalhando durante a pandemia**. 2020. Disponível em: <http://website.cfo.org.br/consulta-do-cfo-revela-que-82-dos-cirurgioes-dentistas-entrevistados-continuam-trabalhando-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. (2020). Disponível em: <http://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LI, ZY; MENG, LY. Prevention and control of new coronavirus infection in oral diagnosis and treatment. **Chin J Stomatol.**, Beijing, v. 55, no. 4, p. 217-222, Feb. 2020.

LIU, X.; ZHOU, J.; CHEN, L.; YANG, Y.; TAN, J. Impact of COVID-19 epidemic on live online dental continuing education. **Eur J Dent Educ.**, Copenhagen, v. 24, no. 4, p. 786-779, Jul. 2020.

MOODLEY, R.; NAIDOO, S.; WYK, J. V. The prevalence of occupational health related problems in dentistry: A review of the literature. **J Occup Health.**, Queensland, v. 60, no. 2, p. 111-125, Mar. 2018.

PENG, X.; XU, X.; LI, Y.; CHENG, L.; ZHOU, X.; REN, B. Transmission routes of

n2019-nCoV and controls in dental practice. **Int J Oral Sci.**, Bangalore, v. 12, n. 1, p. 9, Mar 2020.

PIRES, F.S.; FONTANELLA, V. (2020). **Consenso Abeno: biossegurança no ensino odontológico pós - pandemia da COVID-19.** Disponível em: <http://abeno.org.br/abeno-files/downloads/retomada-de-praticas-seguras-no-ensino-odontologico.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SABINO-SILVA, R.; JARDIM, A. C. G.; SIQUEIRA, W. L. Coronavírus COVID-19; impacts to dentistry and potential salivary diagnosis. **Clin Oral Invest.**, Berlin, v. 24, no. 4, p. 1619-1621, Apr. 2020.

SAMARANAYAKE, L.P; PEIRIS M. Severe acute respiratory syndrome and dentistry: A retrospective view. **J Am Dent Assoc.**, London, v. 135, no. 9, p. 1292-1302, Sept. 2004.

TUÑAS, I. T. C.; SILVA, E. T.; SANTIAGO, S. B. S.; MAIA, K. D.; SILVA-JÚNIOR, G. O. Coronavirus Disease 2019 (COVID-19): A Preventive Approach to Dentistry. **Rev Bras J Odontol.**, Rio de Janeiro, v. 77, e-1776, 2020.

VAN DOREMALEN, N.; BUSHMAKER, T.; MORRIS, D.; HOLBROOK, M. G.; GAMBLE, A.; WILLIAMSON, B. N., et al. Aerosol and surface stability of HCoV-19 (SARS-CoV-2) compared to SARS-CoV-1. **New Engl J Med.**, Boston, v. 382, no. 16, p. 1564-1567, Apr. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2021). **Weekly epidemiological update on COVID-19 – 13 April 2021.** Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---13-april-2021>. Acesso em: 16 abr. 2021.

XU, H.; ZHONG, L.; DENG, J.; PENG, J.; DAN, H.; ZENG, X., et al. High expression of ACE2 receptor of 2019-nCoV on the epithelial cells of oral mucosa. **Int J Oral Sci.**, Bangalore; v. 12, n. 1, p. 8, Feb. 2020.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Clique aqui para salvar uma cópia do TCLE

*Resposta obrigatória

1. Instituição:* Privada Pública
2. O(s) curso(s) funciona(m) em turno:* Integral Matutino Vespertino Noturno
3. Região Geográfica:* Norte Nordeste Centro-Oeste Sudeste Sul
4. O curso está sediado em capital ou região metropolitana?* Sim Não
5. As atividades de ensino presenciais foram suspensas?* Sim Não

As perguntas a seguir se aplicam apenas aos cursos que tiveram atividades presenciais suspensas

6. Especifique a data de suspensão das atividades: dd/mm/aaaa
7. Em que fase do semestre letivo estava o curso quando da suspensão das atividades?
 Inicial (primeiro mês) Intermediária Final (último mês)
8. O curso está oferecendo atendimento clínico para casos de urgência durante esse período de distanciamento social? Sim Não
9. O curso está utilizando aulas em meios digitais neste período?
 Não Sim, em todas as disciplinas/módulos Sim, em algumas disciplinas/ módulos
10. Quais recursos estão sendo utilizados?
 Google Meet Microsoft Teams Zoom Videoconferência via WhatsApp
 Disponibilização de aulas no Youtube Aulas com Powerpoint gravado Hangouts Podcasts Skype
 AVA institucional Moodle Outros
11. Se respondeu outros à questão 10, por favor especifique: _____
12. O curso já fazia uso de alguma dessas tecnologias anteriormente ao período de distanciamento social?
 Sim Não
13. O curso identifica desafios na utilização destas tecnologias por parte dos professores?
Nenhum desafio 1 2 3 4 5 *Muitos desafios*
14. O curso identifica desafios na utilização destas tecnologias por parte dos estudantes?
Nenhum desafio 1 2 3 4 5 *Muitos desafios*
15. O curso está oferecendo algum tipo de apoio aos estudantes? Sim Não
16. Se respondeu sim à questão anterior, por favor especifique: _____
17. A volta às atividades clínicas pós pandemia requer revisão dos protocolos de biossegurança.
Discordo totalmente 1 2 3 4 5 *Concordo totalmente*
18. Use este espaço para comentários sobre o impacto da COVID-19 no ensino odontológico e/ou no curso que coordena.

Enviar

ANEXO A – PARECER COMPESQ UFRGS

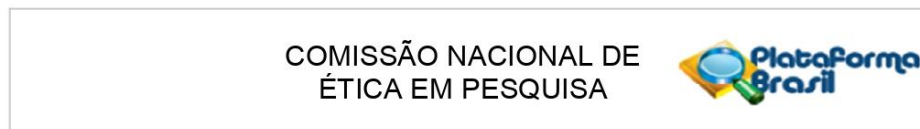
Dados Gerais:			
Projeto Nº:	39392	Título:	OS CURSOS DE ODONTOLOGIA BRASILEIROS NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA COVID-19
Área de conhecimento:	Odontologia	Início:	15/06/2020
Situação:	Projeto Concluído	Previsão de conclusão:	31/08/2020
Origem:	Faculdade de Odontologia Departamento de Cirurgia e Ortopedia	Término:	31/08/2020
Local de Realização:	não informado	Projeto Isolado	
Não apresenta relação com Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado.			
Objetivo:	<p>participar de pesquisa por meio de correspondência eletrônica e por divulgação em suas mídias sociais. Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados serão analisados por meio estatísticas descritivas.</p>		
Palavras Chave:			
COVID-19 ENSINO ODONTOLÓGICO. ENSINO ONLINE.			
Equipe UFRGS:			
Nome: VANIA REGINA CAMARGO FONTANELLA Coordenador - Início: 15/06/2020 Término: 31/08/2020			
Avaliações:			
Comissão de Pesquisa de Odontologia - Aprovado em 18/05/2020 Clique aqui para visualizar o parecer			
Apoio Externo:			
Instituição: ABENO - Associação Brasileira de Ensino em Odontologia			
Anexos:			
Projeto Completo		Data de Envio: 04/06/2020	
Formulário de aprovação		Data de Envio: 04/06/2020	

PARECER COMPESQ ODO

A pandemia do COVID-19 é um desafio global que transcende fronteiras territoriais, políticas, ideológicas, religiosas, culturais e certamente acadêmicas. Os profissionais da Odontologia estão potencialmente mais expostos ao novo coronavírus, devido à exposição frequente à saliva e aerossóis, razão pela qual foram suspensos os atendimentos eletivos. No âmbito do ensino, em decorrência da interrupção das atividades presenciais, algumas instituições têm adotado estratégias de educação online. Questões muito importantes têm sido levantadas a partir dos primeiros relatos desta experiência e supõe-se que as desigualdades regionais e socioeconômicas afetem profundamente esta prática, de forma que é necessário mapeá-la, assim como identificar o mais precocemente possível seus possíveis impactos negativos, no intuito de intervir para minimizá-los. Outro desafio é planejar a retomada das atividades clínicas do ensino odontológico no período imediatamente pós-pandemia, quando muito provavelmente a transmissão da doença ainda estará ativa. Desta forma, o objetivo do presente estudo é conhecer a situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19. Trata-se de estudo observacional transversal analítico, por meio de questionário elaborado por um painel de especialistas. O cálculo amostral resultou em 210 coordenadores de curso, acrescido de 20 participantes do piloto de validação, os quais não comporão a amostra final. O questionário é anônimo e autoaplicado e consta de 18 perguntas, de escolha simples, múltipla ou de resposta curta, requerendo em média 5 minutos para completar as respostas. Os coordenadores serão convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica e por divulgação em suas mídias sociais. Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados serão analisados por meio estatísticas descritivas.

Trata-se de projeto de pesquisa já aprovado pelo CONEP. O parecer dessa Comissão é favorável à aprovação para fins de registro no Sistema Pesquisa UFRGS.

ANEXO B – PARECER DE APROVAÇÃO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DA CONEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS CURSOS DE ODONTOLOGIA BRASILEIROS NO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA COVID-19

Pesquisador: Vania Regina Camargo Fontanella

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 30881520.5.0000.0008

Instituição Proponente: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLOGICO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.068.757

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos Apresentação do Projeto, Objetivo da Pesquisa e Avaliação dos Riscos e Benefícios foram retiradas do arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1539103.pdf" gerado a partir das informações inseridas pelo Pesquisador Responsável do estudo na Plataforma Brasil em 27/05/2020.

RESUMO

A pandemia do COVID-19 é um desafio global que transcende fronteiras territoriais, políticas, ideológicas, religiosas, culturais e certamente acadêmicas. Os profissionais da Odontologia estão potencialmente mais expostos ao novo coronavírus, devido à exposição frequente à saliva e aerossóis, razão pela qual foram suspensos os atendimentos eletivos. No âmbito do ensino, em decorrência da interrupção das atividades presenciais, algumas instituições têm adotado estratégias de educação online. Questões muito importantes têm sido levantadas a partir dos primeiros relatos desta experiência e supõe-se que as desigualdades regionais e socioeconômicas afetem profundamente esta prática, de forma que é necessário mapeá-la, assim como identificar o mais precocemente possível seus possíveis impactos negativos, no intuito de intervir para minimizá-los. Outro desafio é planejar a retomada das atividades clínicas do ensino odontológico no período imediatamente pós-pandemia, quando muito provavelmente a transmissão da doença ainda estará ativa. Desta forma, o objetivo do presente estudo é conhecer a situação do ensino

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar

Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040

UF: DF **Município:** BRASILIA

Telefone: (61)3315-5877

E-mail: conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19. Trata-se de estudo observacional transversal analítico, por meio de questionário elaborado por um painel de especialistas. O cálculo amostral resultou em 210 coordenadores de curso, acrescido de 20 participantes do piloto de validação, os quais não comporão a amostra final. O questionário é anônimo e autoaplicado e consta de 18 perguntas, de escolha simples, múltipla ou de resposta curta, requerendo em média 5 minutos para completar as respostas. Os coordenadores serão convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica e por divulgação em suas mídias sociais. Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados serão analisados por meio estatísticas descritivas.

HIPÓTESE

Os cursos de Odontologia no Brasil estão majoritariamente ministrando ensino por meios digitais e se preparando para o retorno às atividades clínicas pós-pandemia nas questões de biossegurança.

METODOLOGIA

O presente estudo apresenta delineamento observacional transversal analítico, por meio de questionário. A população alvo da pesquisa é composta por coordenadores de cursos de graduação em Odontologia em instituições de ensino superior brasileiras. Em consulta ao sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC)¹⁷ constatou-se um total de 544 cursos autorizados no país e destes, 82 embora autorizados, ainda não iniciaram suas atividades. Considerando o universo de 462 cursos em funcionamento, confiança de 95% e erro máximo de estimação de 5%, o tamanho mínimo amostral deverá ser de 210 coordenadores de curso, proporcionalmente distribuídos entre os estados brasileiros. Os coordenadores serão convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica enviada aos cursos inscritos como ativos na plataforma e-MEC. Paralelamente, a ABENO também divulgará a pesquisa em suas mídias sociais. Será utilizado questionário elaborado por um painel de especialistas (10 docentes de Odontologia, integrantes da Comissão de Ensino e Diretoria da ABENO), o qual será validado em piloto com 20 professores, os quais não comporão a amostra final do estudo. O questionário (Anexo 1) é anônimo e autoaplicado por meio da plataforma Google Forms, da qual será compilado o banco de dados. Consta de 18 perguntas, de escolha simples, múltipla ou de resposta curta, requerendo em média 5 minutos para completar as respostas. As questões iniciais se referem a dados da instituição, seguidas por informações sobre

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

o atual momento. Ao final, uma questão específica se refere à biossegurança no retorno às atividades e outra é aberta para comentários, para que os coordenadores apontem suas preocupações. O presente projeto de pesquisa obedece às exigências da Resolução 510/2016. Será submetido à plataforma Brasil para avaliação por Comitê de Ética em Pesquisa. Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O preenchimento do questionário será considerado como concordância em participar do estudo. Não estão previstas despesas ou danos em decorrência da participação na pesquisa, apenas o investimento de parte do tempo para responder ao questionário. Por se tratar de uma pesquisa online, poderão ocorrer falhas técnicas decorrentes dessa modalidade de coleta de dados (problemas de conexão; indisponibilidade provisória das páginas; perda das informações durante a inserção dos dados). O participante poderá, a qualquer momento, desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo. Os benefícios individuais serão a eventual motivação para reflexão sobre o tema da pesquisa e para a sociedade será contribuir para a retomada qualificada e segura do ensino odontológico nas instituições brasileiras. Os dados serão analisados por meio estatísticas descritivas.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Conhecer a situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Não estão previstas despesas ou danos diretos ou indiretos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual aos participantes em decorrência da participação na pesquisa. Contudo, existe a possibilidade de constrangimento, desconforto, estresse ou cansaço do participante ao responder ao questionário; assim como quebra de sigilo e de anonimato. O participante poderá, a qualquer momento, desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo.

BENEFÍCIOS

Os benefícios individuais serão a eventual motivação para reflexão sobre o tema da pesquisa e para a sociedade será contribuir para a retomada qualificada e segura do ensino odontológico nas

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

instituições brasileiras.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O objetivo do presente estudo é conhecer a situação do ensino odontológico brasileiro frente à excepcionalidade da Pandemia COVID-19. Trata-se de estudo observacional transversal analítico, por meio de questionário elaborado por um painel de especialistas. O cálculo amostral resultou em 210 coordenadores de curso, acrescido de 20 participantes do piloto de validação, os quais não comporão a amostra final. O questionário é anônimo e auto aplicado e consta de 18 perguntas, de escolha simples, múltipla ou de resposta curta, requerendo em média 5 minutos para completar as respostas. Os coordenadores serão convidados a participar da pesquisa por meio de correspondência eletrônica e por divulgação em suas mídias sociais. Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados serão analisados por meio estatísticas descritivas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Na página 06 do Projeto Detalhado, item 2.5, lê-se: "Não estão previstas despesas ou danos diretos ou indiretos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual aos participantes em decorrência da participação na pesquisa." A pesquisa com seres humanos sempre estará sujeita a riscos, isto é, à possibilidade de danos, seja na dimensão física, psíquica, moral, intelectual etc., e atendendo aos princípios básicos da precaução e o da prevenção, previstos na Resolução CNS nº 510 de 2016, o pesquisador deverá descrevê-los, não podendo afirmar, em hipótese alguma, que não estão previstos danos diretos ou indiretos. Sendo assim, recomenda-se ao pesquisador a retirada do trecho citado acima.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de respostas ao parecer consubstanciado pendente nº 4.050.440 emitido pela Conep em 27/05/2020:

1. Quanto às informações básicas do projeto cadastradas na Plataforma Brasil, descritas no arquivo "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1539103.pdf", gerado na Plataforma Brasil em 13/04/2020, na página 3 de 5, item "Riscos", lê-se: "Por se tratar de uma pesquisa online, poderão ocorrer falhas técnicas decorrentes dessa modalidade de coleta de dados (problemas de

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

conexão; indisponibilidade provisória das páginas; perda das informações durante a inserção dos dados).". O campo "Riscos" na Plataforma Brasil é destinado a informar qualquer possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente, isto é, qualquer dano direto/indireto, bem como tardio/imediato, AO PARTICIPANTE DE PESQUISA e não à execução do estudo. Diante do exposto, solicita-se adequar a informação referente ao risco ao participante do estudo, no campo "Risco", na Aba 4 - Detalhamento do Estudo, na Plataforma Brasil (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 2º, inciso XXV).

RESPOSTA: Nova redação no projeto (item 2.5) e na ABA 4 da PB, campo riscos: Não estão previstas despesas ou danos diretos ou indiretos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual aos participantes em decorrência da participação na pesquisa, apenas o investimento de parte do seu tempo para responder ao questionário. O participante poderá, a qualquer momento, desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo.

ANÁLISE: PENDÊNCIA NÃO ATENDIDA. Ao descrever os riscos dos participantes da pesquisa na Plataforma Brasil, a pesquisadora apontou apenas aqueles relacionados aos prejuízos com a investigação, e não com as pessoas que colaboram com o estudo. Em resposta à pendência afirmou que não estão previstas despesas ou danos diretos ou indiretos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual etc. Não se trata disso. Atendendo aos princípios básicos da precaução e o da prevenção, previstos na Resolução CNS nº 510 de 2016, não é possível afirmar de maneira absoluta que não estão previstos riscos, afinal toda relação entre pessoas envolve riscos, como o desconforto por algumas questões abordadas, a quebra de confidencialidade, a perda do anonimato entre outras. Desta forma, em atendimento ao que diz o art. 10 da Resolução CNS 510 de 2016, solicita-se descrever os riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa, por mais singelos que possam ser.

RESPOSTA: Não estão previstas despesas ou danos diretos ou indiretos às dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual aos participantes em decorrência da participação na pesquisa. Contudo, existe a possibilidade de constrangimento, desconforto, estresse ou cansaço do participante ao responder ao questionário; assim como quebra de sigilo e de anonimato. O participante poderá, a qualquer momento, desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo. A mesma alteração foi realizada no TCLE. Adicionalmente, o cronograma foi ajustado no projeto e na PB, aba 5.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

2. Quanto ao Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, arquivo "TCLE.pdf", postado na Plataforma Brasil em 12/04/2020, considerando que o presente protocolo identifica que a coleta de dados se dará por meio de questionário online, solicita-se que a modalidade de registro indique, de forma destacada, ao participante de pesquisa, a importância de guardar em seus arquivos uma cópia do documento de Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, e/ou deve ser garantido o envio da via assinada pelos pesquisadores ao participante de pesquisa (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 17, Inciso X e § 3º).

RESPOSTA: Nova redação no projeto (item 2.5): Antes de acessar o questionário, os participantes receberão informações detalhadas sobre estudo, na forma de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual poderá ser arquivado pelo participante, que também poderá solicitá-lo por e-mail à pesquisadora. O preenchimento do questionário será considerado como concordância em participar do estudo. Nova redação no TCLE (último parágrafo): Ressaltamos a importância de guardar este documento em seus arquivos. Para salvar uma cópia clique aqui, e/ou solicite o documento assinado via e-mail, escrevendo para vaniafontanella@terra.com.br.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério da CONEP:

Diante do exposto, a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 510 de 2016, na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação: Protocolo aprovado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1539103.pdf	27/05/2020 05:57:29		Aceito
Outros	carta_resposta_v2.pdf	27/05/2020 05:53:32	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito
Outros	instrumento.pdf	27/05/2020 05:48:31	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito
Outros	TCLEv3_com_destaque.pdf	27/05/2020 05:46:00	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br

COMISSÃO NACIONAL DE
ÉTICA EM PESQUISA



Continuação do Parecer: 4.068.757

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEv3_limpo.pdf	27/05/2020 05:44:20	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito
Outros	projetoV3com_destaque_alteracoes.pdf	27/05/2020 05:43:08	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoV3_limpo.pdf	27/05/2020 05:42:05	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	13/04/2020 08:17:43	Vania Regina Camargo Fontanella	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

BRASILIA, 04 de Junho de 2020

Assinado por:
Jorge Alves de Almeida Venancio
(Coordenador(a))

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar
Bairro: Asa Norte **CEP:** 70.719-040
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3315-5877 **E-mail:** conep@saude.gov.br